

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em maio de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ maio de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 47,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 142,2 bilhões nesse mês, acréscimo em termos reais de 12,1%, comparativamente a maio de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 189,8 bilhões, acréscimo de 13,1% na mesma base de comparação. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o superávit primário está em R\$ 902 milhões, ante o superávit de R\$ 44 bilhões no mesmo período de 2022.

Em maio, a receita total apresentou um acréscimo real de 3,5% quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Esse crescimento de arrecadação foi impactado pelo crescimento expressivo das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram, no período, um acréscimo de 12,1% em termos reais. Na mesma base de comparação, as receitas administradas pela RFB caíram 0,7% e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 7,9%, enquanto as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais apresentaram um decréscimo, sempre em termos reais, de 17,1%. Com isso, a receita líquida de transferências teve um acréscimo real de R\$ 15,4 bilhões (12,1%). No acumulado do ano até maio, a receita total registrou uma variação real negativa de R\$ 11,9 bilhões (-1,2%), fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 12,1%, redução real de R\$ 18,2 bilhões, e pelas receitas administradas pela RFB, com queda de 0,9% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 5,9 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, maio registrou um crescimento real de 13,1% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, no período de janeiro a maio, a despesa total cresceu R\$ 38,3 bilhões (5,1%) em relação ao mesmo

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de junho de 2023.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>

período do ano passado, com destaque para a redução das despesas com a previdência, no valor de R\$ 5,3 bilhões (-1,5%) – em função do calendário de pagamentos do 13º salário –, e para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 41,9 bilhões (30,9%).

TABELA 1
Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Maio (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)
	mai./2022	mai./2023		2022	2023		Até mai./2022	Até mai./2023	
	1-Receita Total	179.686		186.040	3,5		999.516	987.609	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	105.564	104.793	-0,7	630.373	624.446	-0,9	1.418.395	1.450.505	2,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-141	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	43.705	47.154	7,9	218.738	230.987	5,6	544.192	572.400	5,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	30.417	34.094	12,1	150.405	132.176	-12,1	344.261	386.978	12,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	52.841	43.803	-17,1	204.981	197.860	-3,5	440.918	471.336	6,9
3. Receita Líquida (1-2)	126.846	142.237	12,1	794.535	789.749	-0,6	1.865.789	1.938.488	3,9
4. Despesa Total	167.711	189.753	13,1	750.530	788.848	5,1	1.887.420	1.922.809	1,9
4.1 Benefícios Previdenciários	92.498	82.424	-10,9	351.161	345.833	-1,5	840.794	828.082	-1,5
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.166	28.677	9,6	136.836	137.599	0,6	364.598	354.285	-2,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.627	39.607	112,6	126.666	127.601	0,7	341.077	310.748	-8,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	30.419	39.046	28,4	135.867	177.814	30,9	340.951	429.693	26,0
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-40.865	-47.516	-16,3	44.005	902	-98,0	-21.631	15.680	172,5

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em maio foi registrado um decréscimo real de R\$ 771 milhões (-0,7%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Apesar do crescimento real da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) em R\$ 2,2 bilhões (3,6%), estes foram insuficientes para compensar o decréscimo real nos demais itens, que retraíram R\$ 3 bilhões (-6,7%). Já as receitas não administradas pela RFB apresentaram, em maio, um acréscimo real de R\$ 3,7 bilhões (12,1%) em relação ao mesmo mês de 2022, fortemente impactadas pelo aumento da arrecadação de receitas com dividendos e participações, que apresentaram crescimento real de R\$ 3,4 bilhões (25%).

No acumulado ao longo do ano, ainda na tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 11,9 bilhões (-1,2%), com as receitas administradas caindo R\$ 5,9 bilhões (-0,9%) e as não administradas, R\$ 18,2 bilhões (-12,1%) e a arrecadação líquida para o RGPS, em contrapartida, apresentando um crescimento de R\$ 12,2 bilhões (5,6%). A queda das receitas administradas no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda – crescimento de R\$ 16,6 bilhões (5,5%) – e de outras receitas administradas pela RFB – aumento de R\$ 831 milhões (7,0%) –, que foram insuficientes para compensar a queda de arrecadação de R\$ 23,4 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as concessões e permissões e a exploração de recursos naturais, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 23,7 bilhões (-30,9%), em valores reais na mesma base de comparação, a qual foi parcialmente compensada pelo crescimento real da receita com dividendos e participações e da contribuição do salário-educação.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Maio (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)
	mai./2022	mai./2023		2022	2023		Até mai./2022	Até mai./2023	
	1-Receita Total	179.686		186.040	3,5		999.516	987.609	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	105.564	104.793	-0,7	630.373	624.446	-0,9	1.418.395	1.450.505	2,3
1.1.1 Imposto de Importação	4.847	4.593	-5,2	25.291	22.645	-10,5	65.415	59.216	-9,5
1.1.2 IPI	4.158	4.910	18,1	27.978	22.889	-18,2	75.982	57.702	-24,1
1.1.3 Imposto de Renda	50.570	51.836	2,5	304.488	321.111	5,5	635.673	715.603	12,6
1.1.4 IOF	5.054	4.586	-9,2	25.120	25.114	-0,0	61.545	61.821	0,4
1.1.5 Cofins	22.904	21.330	-6,9	117.846	111.557	-5,3	304.780	283.419	-7,0
1.1.6 PIS/Pasep	6.504	6.681	2,7	35.533	33.359	-6,1	86.765	81.605	-5,9
1.1.7 CSLL	8.836	8.503	-3,8	80.830	75.182	-7,0	152.305	160.953	5,7
1.1.8 CIDE Combustíveis	237	2	-99,3	1.362	-170	-112,5	2.850	231	-91,9
1.1.9 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.453	2.352	-4,1	11.927	12.758	7,0	33.079	29.956	-9,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-141	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	43.705	47.154	7,9	218.738	230.987	5,6	544.192	572.400	5,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	30.417	34.094	12,1	150.405	132.176	-12,1	344.261	386.978	12,4
1.4.1 Concessões e Permissões	381	171	-55,0	14.848	4.005	-73,0	23.969	38.046	58,7
1.4.2 Dividendos e Participações	13.421	16.780	25,0	19.626	26.140	33,2	52.202	96.986	85,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.365	1.366	0,0	6.992	6.445	-7,8	19.443	17.530	-9,8
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.462	5.183	-19,8	62.049	49.147	-20,8	127.822	125.947	-1,5
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.746	712	-59,2	8.646	7.749	-10,4	20.186	21.169	4,9
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.179	2.398	10,0	11.021	11.916	8,1	27.686	29.432	6,3
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.863	7.484	53,9	27.223	26.774	-1,7	72.917	57.777	-20,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	52.841	43.803	-17,1	204.981	197.860	-3,5	440.918	471.336	6,9
3. Receita Líquida (1-2)	126.846	142.237	12,1	794.535	789.749	-0,6	1.865.789	1.938.488	3,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; PIS/Pasep – Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas em maio (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações positivas em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em pessoal e encargos sociais – aumento de R\$ 2,5 bilhões –, outras despesas obrigatórias – crescimento de R\$ 21 bilhões –, com destaque para abono e seguro-desemprego e sentenças judiciais e precatórios, com aumento real de R\$ 5,3 bilhões e R\$ 15,8 bilhões respectivamente, e nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – ampliação de R\$ 8,6 bilhões. Estas foram parcialmente compensadas pela queda de despesas com benefícios previdenciários, que tiveram um decréscimo real de R\$ 10,1 bilhões (-10,9%), impactadas pelo calendário de pagamento da antecipação do 13º salário em maio.

No acumulado do ano até maio, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 38,3 bilhões (5,1%), com destaque para as despesas com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – ampliados em R\$ 3,7 bilhões (11,1%) –, o gasto com a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – crescimento de R\$ 1,8 bilhão (11,8%) –, os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios – expansão de R\$ 16,4 bilhões (1.229,9%) – e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – alta de R\$ 41,9 bilhões (30,9%) –, estas, muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado

do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com benefícios previdenciários, com decréscimo real de R\$ 5,3 bilhões (-1,5%), impactadas pelo calendário de pagamento da antecipação do 13º salário em maio, abono salarial e seguro-desemprego, com queda de R\$ 4,9 bilhões (-11,6%), e a despesa com créditos extraordinários, com redução de R\$ 13 bilhões (-93,8%).

TABELA 3
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Maio (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de mai./2023)		Taxa de variação (%)
	mai./2022	mai./2023		2022	2023		Até mai./2022	Até mai./2023	
4. Despesa Total	167.711	189.753	13,1	750.530	788.848	5,1	1.887.420	1.922.809	1,9
4.1 Benefícios Previdenciários	92.498	82.424	-10,9	351.161	345.833	-1,5	840.794	828.082	-1,5
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.166	28.677	9,6	136.836	137.599	0,6	364.598	354.285	-2,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.627	39.607	112,6	126.666	127.601	0,7	341.077	310.748	-8,9
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.611	8.900	146,5	42.163	37.281	-11,6	64.410	62.776	-2,5
4.3.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.591	7.594	15,2	33.114	36.785	11,1	77.775	86.146	10,8
4.3.3 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.459	244	-83,3	13.809	852	-93,8	105.458	36.187	-65,7
4.3.4 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	-	3.274	0	-100,0	7.468	0	-100,0
4.3.5 FUNDEB (Complem. União)	2.476	2.689	8,6	14.832	16.582	11,8	29.792	36.220	21,6
4.3.6 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.326	1.317	-0,7	5.318	5.895	10,8	13.326	16.224	21,7
4.3.7 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	345	332	-3,8	1.760	1.678	-4,6	4.368	4.093	-6,3
4.3.8 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	271	16.031	5.818,3	1.336	17.768	1.229,9	21.711	34.456	58,7
4.3.9 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.817	1.850	1,8	7.713	7.523	-2,5	12.928	15.910	23,1
4.3.10 Impacto Primário do FIES	228	0	-100,0	1.135	639	-43,7	-2.401	274	-111,4
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	504	648	28,6	2.211	2.596	17,4	6.242	18.462	195,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	30.419	39.046	28,4	135.867	177.814	30,9	340.951	429.693	26,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.054	27.111	35,2	94.966	131.249	38,2	193.136	265.531	37,5
4.4.2 Despesas Discricionárias	10.365	11.935	15,1	40.901	46.565	13,8	147.815	164.162	11,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
